

Giovanni Arrighi

O LONGO SÉCULO XX

DINHEIRO, PODER
E AS ORIGENS DE NOSSO TEMPO

Tradução

Vera Ribeiro

Revisão de tradução

César Benjamin

3ª reimpressão

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador
Antonio Manoel dos Santos Silva

Diretor-Presidente
José Castilho Marques Neto

Assessor-Editorial

Jézio Hernani Bonfim Gutterre

Conselho Editorial Acadêmico

Antonio Celso Wagner Zanin

Antonio de Pádua Pithon Cyrino

Benedito Antunes

Carlos Edivany Fantinati

Isabel Maria F. R. Loureiro

Lúcia M. Vettorato Trevisan

Maria Sueli Parreira de Arruda

Raul Borges Guimarães

Roberto Kraenkel

Rosa Maria Feitiro Cavalari

Editora-Executiva

Christine Röhrig

Editora-Assistente

Maria Dolores Prades

CONTRAPONTO

 UNESP

passou a ser percebida como a defensora, não apenas da independência em relação às autoridades centrais do sistema medieval de governo, mas também de um interesse geral pela paz, que este último já não era capaz de atender.

Em terceiro lugar, a capacidade bélica da oligarquia capitalista holandesa ultrapassou em muito a da oligarquia veneziana. A capacidade desta era estreitamente relacionada com a posição geográfica de Veneza e tinha pouca serventia além dessa posição, particularmente depois dos grandes avanços havidos nas técnicas de guerra no “longo século XVI”. A capacidade da oligarquia holandesa, por outro lado, baseou-se numa exitosa participação na linha de frente desse processo. **Aliás, os holandeses foram líderes não apenas na acumulação de capital, mas também na racionalização das técnicas militares.**

Ao redescobrir e levar à perfeição técnicas militares romanas há muito esquecidas, Maurício de Nassau, príncipe de Orange, conquistou para o exército holands, no início do século XVII, o que a administração científica conquistaria para a indústria norte-americana dois séculos depois (cf. McNeill, 1984, p. 127-39; van Doorn, 1975, p. 98s). As técnicas de cerco foram transformadas (1) para aumentar a eficiência da mão-de-obra militar; (2) para reduzir os custos em termos de baixas, e (3) para facilitar a manutenção da disciplina nas fileiras do exército. A marcha e o carregamento e disparo dos canhões foram padronizados, e os exercícios foram transformados numa atividade rotineira. O exército foi dividido em unidades táticas menores, o número de oficiais comissionados e não comissionados foi aumentado, e as linhas de comando foram racionalizadas:

Desse modo, o exército tornou-se um organismo articulado, com um sistema nervoso central que permitia uma resposta sensível e mais ou menos inteligente às circunstâncias imprevistas. Cada movimento atingiu um novo nível de precisão e velocidade. Os movimentos individuais dos soldados ao atrair e marchar, bem como a movimentação dos batalhões pelo campo de batalha, puderam ser mais controlados e previstos do que nunca. Uma unidade bem treinada, capaz de extrair ganhos de cada movimento, podia aumentar a quantidade de chumbo projetada contra o inimigo por minuto de batalha. A destreza e a determinação de cada homem de infantaria, individualmente considerado, passaram a ter pouca importância. As proezas e a coragem pessoais praticamente desapareceram, por trás de uma rotina revestida de armaduras. (...) No entanto, os soldados treinados no estilo mauriciano exibiam, automaticamente, uma eficácia superior na batalha. (McNeill, 1984, p. 130)

A importância dessa inovação está em que ela neutralizou as vantagens de escala desfrutadas pela Espanha e, com isso, tendeu a equiparar a capacidade militar relativa dentro da Europa. Ao incentivar ativamente a adoção dessas novas técnicas por seus aliados, as Províncias Unidas criaram condições para uma igualdade substancial entre os Estados europeus, que se tornou a premissa do futuro sistema de Vestfália. E ao fazê-lo, é claro, elas fortaleceram sua liderança intelectual e moral sobre os governantes que buscavam legitimar seus direitos absolutos de governo.

Em quarto e último lugar, as habilidades de gestão de Estado da oligarquia capitalista holandesa eram muito maiores que as da oligarquia veneziana. Organizado e administrado exclusivamente em torno dos interesses capitalistas, o Estado veneziano extraía daí sua principal fonte de poder, mas tinha também aí o principal limite para esse poder. É que essa exclusividade mantivera o horizonte político da oligarquia veneziana dentro dos limites instaurados pela análise de custo-benefício e pelo sistema contábil por partidas dobradas. Em outras palavras, mantivera os governantes venezianos afastados das questões políticas e sociais que dilaceravam o mundo em que operavam.

Em contraste, a oligarquia capitalista holandesa forjara sua capacidade de gerir o Estado numa longa luta pela emancipação do domínio imperial espanhol. Para lograr êxito nessa luta, ela teve de fazer uma aliança e dividir o poder com os interesses dinásticos (a Casa de Orange); teve também de controlar a fera da rebelião popular (o calvinismo). Como consequência, o poder da oligarquia capitalista dentro do Estado holandês foi muito menos absoluto do que tinha sido no Estado veneziano. Mas, por essa mesma razão, comparado com os governantes venezianos, o grupo dirigente holandês desenvolveu aptitudes muito maiores para identificar e solucionar os problemas em torno dos quais campeava a luta europeia pelo poder. **Assim, as Províncias Unidas tornaram-se hegemônicas em virtude de serem menos, e não mais capitalistas do que Veneza.**

A HEGEMONIA BRITÂNICA E O IMPERIALISMO DE LIVRE COMÉRCIO

Os holandeses jamais governaram o sistema que haviam criado. Tão logo se insaurou o Sistema de Vestfália, as Províncias Unidas começaram a perder seu recém-adquirido *status* mundial. Durante mais de meio século, os holandeses continuaram a liderar os Estados do recém-criado Sistema de Vestfália, apontando-lhes uma direção específica — muito especialmente, a expansão comercial ultramarina, apoiada pelo poderio naval e pela formação das companhias de comércio e navegação, de capital acionário e ligadas ao Estado por cartas patentes. Mas foi, tipicamente, o que denominamos de liderança contra a vontade do líder, pois mais fez minar do que ampliar o poderio holandês. A hegemonia mundial holandesa, portanto, foi uma formação efêmera, desfeita tão logo se compôs.

Em termos de poder mundial, os principais beneficiários do novo sistema de governo foram os ex-aliados das Províncias Unidas, a França e a Inglaterra. No século e meio seguintes — da eclosão das Guerras Anglo-Holandesas em 1652 (apenas quatro anos depois do Tratado de Vestfália) até o fim das Guerras

Napoleônicas, em 1815 — a luta pela supremacia mundial entre essas duas grandes potências dominou o sistema interestatal.

Esse conflito prolongado desenvolveu-se em três fases parcialmente superpostas, que, sob alguns aspectos, reproduziram as fases da luta do “longo século XX”. A primeira, mais uma vez, caracterizou-se pelas tentativas dos governantes territorialistas de incorporar em seus domínios o principal Estado capitalista. Tal como a França e a Espanha haviam tentado conquistar as cidades-Estados da Itália setentrional no fim do século XV, também a Inglaterra e sobretudo a França, no fim do século XVII, tentaram internalizar em seus domínios as redes de comércio e poder manejadas pelas Províncias Unidas.

Como enfatizou Colbert em seu conselho a Luís XIV, “[se] o rei subjugasse todas as Províncias Unidas à sua autoridade, o comércio delas tornar-se-ia o comércio dos súditos de Sua Majestade e nada mais haveria a desejar” (citado em Anderson, 1974, p. 36-7). O problema desse conselho estava na conjunção “se”. Muito embora as aptidões estratégicas da França setecentista (ou as da Inglaterra, aliás) superassem em muito as possibilidades de seus equivalentes do século XV, as possibilidades estratégicas das Províncias Unidas superavam as dos principais Estados capitalistas do século XV por uma margem ainda maior. A despeito de um breve esforço conjunto, França e Inglaterra não conseguiram subjugar os holandeses. Mais uma vez, a competição entre os pretendos conquistadores revelou-se um obstáculo intransponível no caminho da conquista.

Com o fracasso dessas tentativas, a luta entrou numa segunda fase, na qual os esforços dos dois rivais concentraram-se na incorporação das fontes de riqueza e poder do Estado capitalista, em vez de tentarem incorporar o próprio Estado. Assim como Portugal e Espanha haviam lutado pelo controle das ligações com o Oriente, França e Inglaterra lutaram pelo controle do Atlântico. As diferenças entre essas duas lutas, porém, são tão importantes quanto as analogias.

França e Inglaterra demoraram a entrar na luta global pelo poder. Isso lhes deu algumas vantagens. A mais importante foi que, na época em que as duas entraram no negócio da expansão territorial no mundo extra-europeu, a disseminação da “administração científica” mauriciana entre os exércitos europeus começava a transformar sua vantagem comparativa sobre os exércitos dos governantes extra-europeus num golfo intransponível. O poderio do império otomano começou a declinar irreversivelmente:

Mais a leste, o novo estilo de treinamento dos soldados tornou-se importante quando os instrutores europeus começaram a criar exércitos em miniatura, recrutando recursos humanos locais para proteger os postos comerciais franceses, holandeses e ingleses nas praias do oceano Índico. No século XVIII, essas forças, por minúsculas que fossem, exibiram uma clara superioridade sobre os exércitos desajeitados que os governantes locais estavam acostumados a levar para o campo de batalha. (McNeill, 1984, p. 135)

Sem dúvida, só no século XIX essa superioridade tornou-se suficientemente esmagadora para se traduzir em grandes conquistas territoriais no subcontinente indiano e na subordinação da China Imperial ao comando do Ocidente. Mas, já no século XVIII, a superioridade foi suficiente para permitir que os retardatários — e, em particular, a Grã-Bretanha — conquistassem algumas das mais abundantes fontes de tributos do decadente império Mughal, muito especialmente Bengala, e, desse modo, fossem além da mera criação de um império ultramarino asiático, como tinham feito os portugueses e os holandeses. A distância crescente entre as capacidades militares ocidentais e não ocidentais, no entanto, foi de pouca serventia para os retardatários que desejavam afastar portugueses, espanhóis e, acima de tudo, holandeses das posições firmadas nas encruzilhadas do comércio mundial. Para alcançar e ultrapassar os que haviam chegado primeiro, os retardatários tiveram que reestruturar radicalmente a geografia política do comércio mundial. Foi precisamente isso que se conseguiu com a nova síntese de capitalismo e territorialismo criada pelos mercantilismos francês e britânico no século XVIII.

Este teve três componentes principais e estreitamente inter-relacionados: a colonização direta, a escravatura capitalista e o nacionalismo econômico. Todos os três foram essenciais à reorganização do espaço político-econômico mundial, mas a colonização direta foi, provavelmente, o principal elemento do conjunto. Os governantes britânicos, em particular, dependiam maciçamente da iniciativa pessoal de seus súditos para contrabalançar as vantagens dos que se haviam antecedido na expansão ultramarina:

Embora não pudessem equiparar-se aos holandeses em matéria de argúcia financeira e do tamanho e eficiência de sua frota mercante, os ingleses confiavam na fundação de colônias permanentes, e não de meros portos de escala na rota para as Índias. (...) Além das companhias de comércio e navegação, os ingleses desenvolveram expedientes de colonização como as colônias de donatários, análogas às capitânicas portuguesas no Brasil, e as colônias da Coroa, nominalmente sob controle real direto. O que faltava às colônias inglesas na América, em termos de recursos naturais e uniformidade, era compensado pelo número e a industrialidade dos próprios colonos. (Nadel e Curtis, 1964, p. 9-10)

A escravatura capitalista foi parte condição e parte resultado do sucesso da colonização direta. O aumento do número e da industrialidade dos colonos era continuamente limitado pela escassez de mão-de-obra e reatualizava essa mesma escassez, que não podia ser resolvida pela dependência exclusiva ou até primária da oferta espontaneamente gerada nas fileiras das populações de colonos, ou extraída à força das populações nativas. Essa escassez crônica de mão-de-obra favoreceu a lucratividade das empresas capitalistas engajadas na obtenção (primordialmente na África), transporte e utilização produtiva (sobretudo nas Amé-

rias) do trabalho escravo. Como observou Robin Blackburn (1988, p. 13), “a escravização no Novo Mundo solucionou o problema capitalista colonial, numa época em que não havia nenhuma outra solução à vista”. A solução do problema do trabalho no contexto colonial, por sua vez, tornou-se o fator preponderante na expansão da infra-estrutura e dos mercados compradores necessários para manter os esforços produtivos dos colonos.

A colonização direta e a escravatura capitalista foram condições necessárias, mas não suficientes, para o sucesso dos mercantilismos francês e britânico na reestruturação radical da política econômica global. O terceiro ingrediente-chave, o nacionalismo econômico, teve dois aspectos principais. O primeiro foi a acumulação interminável de excedentes monetários no comércio colonial e interestatal — uma acumulação com a qual o mercantilismo amíúde se identifica. O segundo foi a gestão da economia nacional, ou melhor, interna. Como frisou Gustav von Schmoller, “no seu cerne, [o mercantilismo] nada mais [foi] do que a gestão de Estado — não a gestão de Estado num sentido restrito, mas a gestão de Estado e a gestão da economia nacional ao mesmo tempo” (citado em Wilson, 1958, p. 6).

A gestão da economia nacional aperfeiçoou, numa escala enormemente ampliada, a prática de fazer com que as guerras custassem a si mesmas, transferindo os custos de proteção em receita, prática na qual as cidades-Estados italianas tinham sido pioneiras, três séculos antes. Em parte através de ordens às burocracias estatais, e em parte através de incentivos à iniciativa privada, os governantes da França e do Reino Unido internalizaram em seus domínios tantas quantas lhes foram possíveis das atividades cada vez mais numerosas que, direta ou indiretamente, funcionavam como insumos na gestão do Estado e da guerra. Desse modo, conseguiram transformar em receita tributária uma parcela muito maior dos custos de proteção do que jamais tinham feito ou poderiam fazer as cidades-Estados italianas ou, a rigor, as Províncias Unidas. Gastando dentro de suas economias domésticas essas receitas tributárias aumentadas, eles criaram novos incentivos e oportunidades para estabelecer vínculos sempre renovados entre as atividades e, desse modo, fazer com que as guerras se custassem cada vez mais.

O que aconteceu, na verdade, não foi que as guerras “se custeavam”, mas que, de forma indireta e muitas vezes sem o saber, um número crescente de civis foi mobilizado para sustentar os esforços dos governantes para gerir o Estado e a guerra. A gestão do Estado e a da guerra vinham-se tornando um negócio cada vez mais indireto, que implicava um número, escala e variedade progressivamente maiores de atividades aparentemente não relacionadas. Havia limites na capacidade dos governantes mercantilistas de mobilizar a energia de seus súditos civis, para que eles se encarregassem da iniciativa e execução dessas atividades. Ela era estritamente cercada por sua capacidade de se apropriar dos

benefícios do comércio mundial, da colonização direta e da escravatura capitalista, e de transformar esses benefícios em recompensas adequadas para o espírito de iniciativa e os esforços produtivos de seus súditos metropolitanos (cf. Tilly, 1990, p. 82-3).

Para romper com esses limites, os governantes britânicos tiveram uma vantagem comparativa decisiva sobre todos os seus concorrentes, inclusive os franceses. Ela foi de ordem geopolítica e se assemelhou à vantagem comparativa de Veneza no auge de seu poder:

No comércio marítimo e no poderio naval, a Grã-Bretanha conquistou a sua preminência por ter sido favorecida, como Veneza, por dois fatores interligados: sua situação insular e o novo papel que assumiu, como intermediária entre dois mundos. Diversamente das nações continentais, a Grã-Bretanha pôde voltar toda a sua força para o mar; ao contrário de seus concorrentes holandeses, não teve que guarnecer uma frente terrestre. (Dehio, 1962, p. 71)

Como veremos no capítulo 3, a Inglaterra/Grã-Bretanha “tornou-se” uma ilha poderosa através de um árduo processo bissecular de “aprendizagem” sobre como transformar uma desvantagem geopolítica fundamental, na luta continental pelo poder diante da França e da Espanha, numa vantagem competitiva decisiva na luta pela supremacia comercial no mundo. Em meados do século XVII, esse processo, para todos os fins práticos, estava concluído. A partir dali, a canalização das energias e recursos britânicos para a expansão marítima — enquanto as energias e recursos de seus concorrentes europeus eram retidos em lutas perto de casa — gerou um processo de causalção circular e cumulativa. Os sucessos britânicos na expansão marítima aumentaram a pressão sobre as nações da Europa continental para se manterem à altura do crescente poder mundial da Grã-Bretanha. Mas esses sucessos também forneceram à Grã-Bretanha os meios necessários para administrar o equilíbrio de poder na Europa continental, a fim de manter seus rivais ocupados perto de casa. Com o tempo, esse círculo virtuoso/vicioso colocou a Grã-Bretanha numa posição em que ela pôde eliminar da expansão marítima todos os seus concorrentes e, ao mesmo tempo, tornar-se a senhora incontestável do equilíbrio de poder na Europa.

Quando a Grã-Bretanha venceu a Guerra dos Sete Anos (1756-63), estava encerrada a luta com a França pela supremacia. Mas nem por isso ela se tornou mundialmente hegemônica. Ao contrário, assim que terminou a luta pela supremacia mundial, o conflito entrou numa terceira fase, caracterizada pelo crescente caos sistêmico. Tal como as Províncias Unidas no início do século XVII, a Grã-Bretanha tornou-se hegemônica através da criação de uma nova ordem mundial a partir desse caos sistêmico.

Como no início do século XVII, o caos sistêmico resultou da intromissão do conflito social nas lutas dos governantes pelo poder. Houve, entretanto, impor-

tañtes diferenças entre as duas situações. A mais importante delas foi o grau muito maior de autonomia e eficiência demonstrado pelos súditos rebelados no fim do século XVIII e início do XIX, em comparação com o começo do século XVII.

Sem dúvida, a nova onda de rebeliões sistêmicas teve suas origens mais profundas na luta pelo Atlântico, como veremos. Todavia, uma vez que eclodiu, a rebelião criou condições para uma renovação da rivalidade anglo-francesa em bases inteiramente novas, e continuou a grassar por uns trinta anos depois de encerrada essa nova rivalidade. Tomando o período de 1776-1848 como um todo, essa segunda onda de revoltas resultou numa completa transformação das relações governante-governado na totalidade das Américas e na maior parte da Europa; em segundo lugar, estabeleceu um tipo totalmente novo de hegemonia mundial (o imperialismo britânico do livre comércio), que reorganizou por completo o sistema interestatal, de modo a absorver essa transformação.

As origens mais profundas dessa onda de rebelião podem ser rastreadas até a luta anterior pelo Atlântico, porque seus agentes foram, precisamente, as forças sociais geradas e transformadas em novas comunidades por essa luta: os colonos, os escravos coloniais e as classes médias metropolitanas. A revolta começou nas colônias, com a Declaração de Independência norte-americana em 1776, e atingiu primeiro o Reino Unido. Os governantes franceses aproveitaram imediatamente a oportunidade para dar início a uma campanha revanchista. Mas esta saiu rapidamente pela culatra, com a Revolução de 1789. Sob o comando de Napoleão, as energias libertadas pela revolução foram canalizadas para uma duplicação dos esforços revanchistas franceses. Estes, por seu turno, levaram a uma generalização da revolta dos colonos, dos escravos e da classe média (cf. Hobsbawm, 1962; Wallerstein, 1988; Blackburn, 1988; Schama, 1989).

No curso dessas lutas interestatais e intra-estatais, houve violações muito generalizadas dos princípios, normas e regras do Sistema de Vestfália. A França napoleônica, em particular, menosprezou os direitos absolutos de governo dos governantes europeus, tanto fomentando a revolta vinda de baixo quanto impondo ordens imperiais vindas de cima. Ao mesmo tempo, ela desrespeitou os direitos de propriedade e a liberdade de comércio dos não combatentes, através de desapropriações, bloqueios e de uma economia de comando que abrangeu a maior parte da Europa continental.

O Reino Unido tornou-se hegemônico, em primeiro lugar, por liderar uma vasta aliança de forças primordialmente dinásticas na luta contra essas violações de seus direitos absolutos de governo e em prol da restauração do Sistema de Vestfália. Essa restauração foi concluída com sucesso pelo Tratado de Viena, de 1815, e pelo subsequente Congresso de Aix-la-Chapelle, em 1818. Até esse momento, a hegemonia britânica era uma réplica da hegemonia holandesa. Na luta contra as pretensões imperialistas da Espanha dos Habsburgo, os holandeses tinham logrado êxito em liderar o sistema interestatal em vias de nascer; na

luta contra as pretensões imperialistas da França napoleônica, os britânicos lideraram com êxito o sistema interestatal prestes a ser destruído (cf. Dehio, 1962).

Ao contrário das Províncias Unidas, no entanto, o Reino Unido passou a governar o sistema interestatal e, assim fazendo, empreendeu uma grande reorganização desse sistema, com vistas a acomodar as novas realidades de poder criadas pela contínua sublevação revolucionária. O sistema que passou a existir foi o que John Gallagher e Ronald Robinson (1953) chamaram de imperialismo de livre comércio — um sistema mundial de governo que se expandiu e suplantou o Sistema de Vestfália. Isso se faz notar em três níveis de análise diferentes, mas inter-relacionados.

Primeiro, um novo grupo de nações uniu-se ao grupo de Estados dinásticos e oligárquicos que havia composto o núcleo original do Sistema de Vestfália. Esse novo grupo compôs-se, basicamente, de Estados controlados por comunidades nacionais e de proprietários que haviam conseguido emancipar-se de velhos e novos impérios. Assim, as relações interestatais começaram a ser geridas, não pelos interesses, ambições e emoções pessoais dos monarcas, mas pelos interesses, ambições e emoções coletivos dessas comunidades nacionais (Carr, 1945, p. 8).

Essa “democratização” do nacionalismo foi acompanhada de uma centralização sem precedentes do poder mundial nas mãos de um único Estado, o Reino Unido. No sistema interestatal ampliado que emergiu da sublevação revolucionária de 1776-1848, só o Reino Unido esteve envolvido na política de todas as regiões do mundo, detendo — o que é mais importante — uma posição de comando na maioria delas. Pela primeira vez, o objetivo de todos os Estados capitalistas anteriores — assenhorear-se do equilíbrio de poder global, em vez de ficar a serviço dele — foi integralmente, se bem que temporariamente, realizado pela principal nação capitalista da época.

Para administrar mais eficientemente o equilíbrio global de poder, o Reino Unido tomou a dianteira no estreitamento do frôuxo sistema de consultas entre as grandes potências da Europa, que vinha funcionando desde o Tratado de Vestfália. O resultado foi o Concerto das Nações Europeias, que, desde o início, foi primordialmente um instrumento da gestão britânica do equilíbrio de poder no continente. Por cerca de trinta anos depois do Tratado de Viena, o Concerto das Nações Europeias desempenhou um papel secundário na política da Europa continental, em relação às “hierarquias de sangue e graça” que haviam formado a Santa Aliança. Mas, à medida que a Aliança se desintegrou, sob a pressão crescente do nacionalismo democrático, o Concerto logo emergiu como o principal instrumento de regulação das relações internacionais na Europa (cf. Polanyi, 1957, p. 7-9).

Segundo, a desintegração dos impérios coloniais no mundo ocidental foi acompanhada e sucedida pela expansão desses impérios no mundo não ocidental. No princípio do século XIX, os Estados ocidentais reivindicavam 55%, mas con-

tronavam, na verdade, cerca de 35% da superfície territorial do planeta. Em 1878, esta última proporção havia-se elevado para 67% e, em 1914, para 85% (Magdoff, 1978, p. 29, 35). “Nenhum outro conjunto de colônias na história foi tão grande”, observou Edward Said (1993, p. 8), “nenhum mais completamente dominado, e nenhum foi tão inferiorizado em poder, diante das metrópoles ocidentais.”

A Grã-Bretanha ficou com a parte do leão nessa conquista territorial. Ao fazê-lo, ressuscitou a dominação imperial numa escala que o mundo nunca tinha visto até então. Esse ressurgimento da dominação imperial constitui, de fato, a principal razão para se designar a hegemonia mundial da Grã-Bretanha no século XIX pela expressão *imperialismo* de livre comércio — expressão que usamos não apenas para enfatizar o domínio britânico sobre o sistema mundial, mediante a prática e a ideologia do livre comércio, como fazem Gallagher e Robinson, mas também e especialmente para sublinhar as bases imperialistas do regime britânico de governo e acumulação em escala mundial com base no livre comércio. Nenhum governante territorialista jamais havia incorporado em seus domínios territórios tão numerosos, tão populosos e tão vastos quanto fez o Reino Unido no século XIX. E nenhum governante territorialista jamais havia exatado à força, em tão curto prazo, tantos tributos — em mão-de-obra, recursos naturais e meios de pagamento — quanto fizeram o Estado britânico e seus clientes no subcontinente indiano durante o século XIX. Parte desses tributos foi usada para alicercar e expandir o aparelho coercitivo através do qual mais e mais súditos não ocidentais foram acrescentados ao império territorial britânico. Mas outra parte, igualmente respeitável, foi canalizada para Londres sob diversas formas, sendo reciclada nos circuitos de riqueza através dos quais o poderio britânico no mundo ocidental era continuamente reproduzido e ampliado. Assim, as lógicas do poder territorialista e capitalista (TDT^r e DTD^r) fertilizaram e sustentaram uma à outra.

A reciclagem dos tributos imperiais extraídos das colônias, sob a forma de capital investido no mundo inteiro, favoreceu a relativa vantagem de Londres como centro financeiro mundial, comparada a centros concorrentes como Amsterdã e Paris (cf. Jenks, 1938). Essa vantagem comparativa fez de Londres a sede natural da *haute finance* — um corpo estreitamente unido de financistas cosmopolitas, cujas redes globais transformaram-se em mais um instrumento de gestão britânica do sistema interestatal:

As finanças (...) agiram como um poderoso moderador na orientação e na política de vários pequenos Estados soberanos. Os empréstimos e a renovação dos empréstimos dependiam do crédito, e o crédito, do bom comportamento. Uma vez que, nos governos constitucionais (os inconstitucionais eram severamente criticados), o comportamento se reflete no orçamento e o valor externo da moeda não pode ser desvinculado da apreciação do orçamento, era evidente que os governos devedores vijassem criteriosamente seu câmbio e evi-

tassem medidas que pudessem lançar dúvidas sobre a solidez da situação orçamentária. Essa máxima útil tornava-se uma convincente norma de conduta a partir do momento em que um país adotava o padrão ouro, que restringia ao mínimo as flutuações permissíveis. O padrão ouro e o constitucionalismo forneceram os instrumentos que fizeram a voz do centro financeiro de Londres ser ouvida em muitos países menores, que haviam adotado esses símbolos de adesão à nova ordem internacional. A Pax Britannica exerceu seu controle, vez por outra, mediante a assustadora mobilização dos canhões de navios pesados, mas prevaleceu, mais freqüentemente, puxando oportunamente um fio da rede monetária internacional (Polanyi, 1957, p. 14)

Por fim, a expansão e a superação do Sistema de Vestfália encontraram expressão num instrumento inteiramente novo de governo mundial. O Sistema de Vestfália baseara-se no princípio de que nenhuma autoridade operaria acima do sistema interestatal. O imperialismo de livre comércio, ao contrário, estabeleceu o princípio de que as leis que vigoravam dentro e entre as nações estavam sujeitas à autoridade superior de uma nova entidade metafísica — um mercado mundial, regido por suas próprias “leis” —, supostamente dotada de poderes sobrenaturais maiores do que tudo o que o papa e o imperador jamais houvessem controlado no sistema de governo medieval. Ao apresentar sua supremacia mundial como a encarnação dessa entidade metafísica, o Reino Unido logrou ampliar seu poder no sistema interestatal muito além do que era justificado pela extensão e eficiência de seu aparelho coercitivo.

Esse poder foi resultante da adoção *unilateral* de uma prática e uma ideologia de livre comércio pelo Reino Unido. O regime de livre comércio multilateral só teve início em 1860, com a assinatura do Tratado de Comércio Anglo-Francês, e para todos os fins práticos, encerrou-se em 1879 com o “novo” protecionismo alemão. Mas, de meados da década de 1840 até 1931, a Grã-Bretanha, unilateralmente, manteve seu mercado interno aberto aos produtos do mundo inteiro (Bairoch, 1976a). Combinada com a expansão territorial ultramarina e com o desenvolvimento de uma indústria de bens de capital no país, essa política tornou-se um poderoso instrumento de governo de toda a economia mundial:

A colonização dos espaços vazios [sic], o desenvolvimento de uma indústria movida a máquinas e dependente do carvão, e a abertura de linhas de comunicação mundiais, através de ferrovias e serviços de navegação, prosseguiram celeremente sob a liderança britânica e, por toda parte, estimularam a emergência e o desenvolvimento de nações e consciências nacionais; e a contrapartida dessa “expansão da Inglaterra” foi o livre mercado oferecido na Grã-Bretanha, a partir da década de 1840, aos produtos naturais, alimentos e matérias-primas do resto do mundo. (Carr, 1945, p. 13-4)

Ao abrirem seu mercado interno, os governantes britânicos criaram redes mundiais que dependiam da expansão da riqueza e poder do Reino Unido, e de fidei-

dade a ela. Esse controle do mercado mundial, combinado com o domínio sobre o equilíbrio global de poder e com um estreito relacionamento, mutuamente interessante, com a *haute finance*, permitiu ao Reino Unido governar tão eficazmente o sistema interestatal quanto um império mundial. O resultado foi “um fenômeno de que nunca se ouvira falar nos anais da civilização ocidental, a saber, cem anos de paz [européia] — 1815-1914” (Polanyi, 1957, p. 5).

Isso refletiu a capacidade hegemônica sem precedentes do Reino Unido. Seu aparelho coercitivo — primordialmente, sua armada e seus exércitos continentais — e sua situação insular dotaram-no, sem dúvida, de uma decisiva vantagem comparativa em relação a todos os seus rivais na luta européia e global pelo poder. Mas, por maior que tenha sido, essa vantagem não explica a extraordinária capacidade de reestruturar o mundo — e não apenas o sistema interestatal europeu — conforme seus interesses nacionais que a Grã-Bretanha demonstrou em meados do século XIX.

Essa extraordinária capacidade foi uma manifestação de hegemonia — ou seja, da capacidade de alegar com credibilidade que a expansão do poder do Reino Unido servia não apenas a seu interesse nacional, mas também a um interesse “universal”. Central nessa alegação hegemônica foi a distinção entre o poder dos governantes e a “riqueza das nações”, sutilmente extraída da ideologia liberal propagada pela intelectualidade britânica. Nessa ideologia, a expansão do poder dos governantes britânicos em relação aos demais era apresentada como a força propulsora de uma expansão generalizada da riqueza das nações. O livre comércio podia minar a soberania dos governantes, mas, ao mesmo tempo, ampliaria a riqueza de seus súditos, ou, pelo menos, a de seus súditos proprietários.

O atrativo e a credibilidade dessa alegação basearam-se nas circunstâncias sistêmicas criadas pelas sublevações revolucionárias de 1776-1848. Isso porque, no curso dessas sublevações, haviam subido ao poder nas Américas e em muitas partes da Europa comunidades nacionais formadas, basicamente, de proprietários cujo principal interesse estava ligado ao valor monetário de seus bens, e não ao poder autônomo de seus governantes. Foram essas comunidades que formaram o eleitorado “natural” da hegemonia britânica do livre comércio.

Ao mesmo tempo, as sublevações revolucionárias de 1776-1848 haviam promovido, dentro do próprio Reino Unido, mudanças que ampliaram a capacidade de seus governantes de atender a essa demanda sistêmica por uma riqueza “democrática”. A mais importante dessas mudanças foi a Revolução Industrial, que decolou sob o impacto das guerras revolucionárias e napoleônicas da França. Para nossos objetivos neste momento, o significado principal dessa revolução é que ela favoreceu imensamente a relação de complementaridade que vinculava as iniciativas dos cidadãos britânicos às iniciativas dos cidadãos de outros Estados, particularmente dos que haviam surgido da revolta dos colonos contra a dominação britânica na América do Norte. Como resultado, os governantes bri-

tânicos começaram a perceber que sua liderança na gestão da economia doméstica lhes dava uma vantagem considerável na utilização das relações entre cidadãos nas diferentes jurisdições políticas, como instrumentos invisíveis de dominação sobre outros Estados soberanos. Foi o reconhecimento disso, mais do que qualquer outra coisa, que persuadiu os governantes britânicos, depois das Guerras Napoleônicas, a manterem e protegerem as forças do nacionalismo democrático, primeiro nas Américas e depois na Europa, contra as tendências reacionárias de seus antigos aliados dinásticos (Aguilar, 1968, p. 23). E, à medida que aumentou o poderio nacional dessas forças, o mesmo aconteceu com a capacidade dos grupos dominantes britânicos de liderar e governar o sistema interestatal, de modo a ampliar ainda mais sua riqueza, poder e prestígio dentro e fora do país.

O poder mundial da Grã-Bretanha no século XIX não teve precedentes. Mas a via de desenvolvimento que levou a essas conquistas não deve ser considerada completamente inédita. Pois o imperialismo de livre comércio da Grã-Bretanha simplesmente fundiu, numa síntese harmoniosa, duas vias de desenvolvimento aparentemente divergentes, que tinham sido abertas muito antes pelos grupos dominantes de outros Estados. O que houve de inédito foi a combinação dessas vias, e não as vias em si.

Uma dessas vias fora aberta por Veneza séculos antes. Na verdade, ser a Veneza do século XIX ainda era o objetivo defendido para a Grã-Bretanha pelos principais membros de sua comunidade empresarial no fim das Guerras Napoleônicas. E a mesma analogia tornou a ser evocada — embora com conotações negativas — quando a expansão da riqueza e poder britânicos no século XIX começou a atingir seus limites (Ingham, 1984, p. 9).

Se nos concentrarmos nos domínios metropolitanos e nas relações entre os Estados europeus, veremos que essa é, sem dúvida, uma analogia adequada. O território relativamente pequeno da Grã-Bretanha, sua posição insular na principal intersecção do comércio mundial, sua supremacia naval e a estrutura de entreposto de sua economia doméstica, tudo isso eram traços que a faziam de assemelhar-se a uma réplica ampliada da República Veneziana, ou, aliás, das Províncias Unidas, no auge de seus respectivos poderios. Os domínios metropolitanos britânicos eram reconhecidamente maiores e encerravam recursos demográficos e naturais muito mais vastos que os dos domínios metropolitanos demográficos e naturais muito mais vastos que os dos domínios metropolitanos de seus predecessores venezianos e holandeses. Mas essa diferença poderia ser considerada aproximadamente correspondente às maiores dimensões e recursos da economia mundial capitalista do século XIX, comparados aos das épocas anteriores, em que o poder veneziano e holandês havia crescido e declinado.

A segunda via de desenvolvimento foi totalmente diferente e só pode ser percebida ao ampliarmos nosso ângulo de visão, de modo a abranger os domínios ultramarinos e as relações entre as estruturas políticas do mundo inteiro. Vista por esse ângulo ampliado, a Grã-Bretanha do século XIX parece ter seguido os

passos, não de Veneza ou das Províncias Unidas, mas da Espanha Imperial. Como observou Paul Kennedy (1987, p. 48), tal como o bloco dos Habsburgo três séculos antes, o império britânico do século XIX “era um conglomerado de territórios amplamente dispersos, um *tour-de-force* político-dinástico que para seguir em frente exigia imensos e contínuos recursos em termos de material e de engenhosidade”.

Como detalharemos no capítulo 3, essa semelhança entre as configurações espaciais do império britânico do século XIX e do império espanhol do século XVI equiparou-se à notável semelhança entre as estratégias e estruturas das redes cosmopolitas do comércio de longa distância e das altas finanças, que ajudaram os grupos governantes dessas duas formações imperiais a buscarem o poder. E essas não foram as únicas semelhanças. Até a ideia de um sistema de livre comércio, abrangendo múltiplos Estados soberanos, parece ter-se originado na Espanha Imperial (Nussbaum, 1950, p. 59-62).

Em suma, a expansão e a superação do Sistema de Vestfália, realizadas pelo imperialismo britânico de livre comércio e através dele, não implicaram uma simples “progressão” para estruturas políticas maiores e mais complexas, seguindo a via de desenvolvimento aberta e trilhada pelos principais Estados capitalistas de épocas anteriores. Implicaram também uma “regressão” a estruturas e estruturas de governo e de acumulação em escala mundial que pareciam ter-se tornado obsoletas pelos avanços anteriores nessa trilha. Em particular, a criação, no século XIX, de uma estrutura imperial parcialmente capitalista e parcialmente territorialista, cujo poder global superava em muito tudo o que o mundo já vira, mostra que a formação e a expansão da economia capitalista mundial implicaram menos uma superação do que uma continuação, através de meios diferentes e mais eficazes, das buscas imperiais dos tempos pré-modernos.

Pois a economia capitalista mundial, tal como reconstruída sob a hegemonia britânica no século XIX, tanto foi um “império mundial” quanto uma “economia mundial” — um tipo inteiramente novo de império mundial, sem dúvida, mas, ainda assim, um império mundial. O traço mais importante e inédito desse império mundial *sui generis* foi a ampla utilização que seus grupos dirigentes fizeram de um controle quase monopolista dos meios de pagamento universalmente aceitos (a “moeda mundial”) para garantir a anuidência a suas ordens, não apenas em seus domínios largamente dispersos, mas também por parte dos soberanos e súditos de outros domínios políticos. A reprodução desse controle quase monopolista da moeda mundial foi sumamente problemática e não durou muito tempo — ao menos pelos padrões estabelecidos pelo mais bem-sucedido dos impérios mundiais pré-modernos. Mas, enquanto durou, ela permitiu que o governo britânico dirigisse com grande eficiência um espaço político-econômico muito maior do que qualquer império mundial anterior jamais geriu ou poderia ter gerido.

A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA E A ASCENSÃO DO SISTEMA DA LIVRE INICIATIVA

O Reino Unido exerceu as funções de governo mundial até o fim do século XIX. De 1870 em diante, porém, começou a perder o controle do equilíbrio de poder europeu e, logo depois, do equilíbrio global. Em ambos os casos, a ascensão da Alemanha à condição de potência mundial foi um acontecimento decisivo (Kennedy, 1987, p. 209-13).

Ao mesmo tempo, a capacidade do Reino Unido de ocupar o centro da economia mundial capitalista foi minada pela emergência de uma nova economia nacional, de riqueza, dimensões e recursos maiores que os seus. Tratava-se dos Estados Unidos, que evoluíram para tornar-se uma espécie de “buraco negro”, dotado de um poder de atração de mão-de-obra, capital e espírito de iniciativa da Europa com que o Reino Unido, e menos ainda as nações menos ricas e poderosas, tinham poucas chances de competir. Os desafios alemão e norte-americanos ao poderio mundial britânico fortaleceram-se mutuamente, comprometeram a capacidade da Grã-Bretanha de governar o sistema interestatal e acabaram levando a uma nova luta pela supremacia mundial, com uma violência e morbidez sem precedentes.

No decorrer dessa luta, o conflito atravessou algumas, mas não todas as fases que haviam caracterizado as lutas anteriores pela supremacia mundial. A fase inicial, em que os governantes territorialistas tentaram incorporar o principal Estado capitalista, foi totalmente ignorada. Aliás, a fusão das lógicas territorialista e capitalista de poder havia chegado a tal ponto entre os três principais contendores pela supremacia mundial (Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos), que é difícil dizer quais eram os governantes capitalistas e quais os territorialistas.

Durante todo o confronto, uma sucessão de governantes alemães mostrou tendências territorialistas mais acentuadas que os governantes de qualquer dos outros dois contendores. Essas tendências, porém, refletiam a chegada tardia da Alemanha ao movimento em prol da expansão territorial. Como vimos, o Reino Unido tinha sido tudo, menos parcimonioso, em suas aquisições territoriais, e a construção de um império no mundo não ocidental fora parte integrante de sua hegemonia mundial. Quanto aos Estados Unidos, o desenvolvimento que transformou o país no principal pólo de atração da mão-de-obra, do capital e dos recursos empresariais da economia mundial esteve estreitamente vinculado ao âmbito continental atingido por sua economia doméstica no curso do século XIX. Como observou Gareth Stedman Jones (1972, p. 216-7):

Os historiadores norte-americanos que falam complacentemente da ausência de um colonialismo baseado na colonização direta, que foi característica das nações europeias, ocultam o fato de que toda a história *interna* do imperialismo dos Estados Unidos foi um vasto processo de conquista e ocupação terri-